

MÍDIA E GÊNERO: JORNALISTAS NA MÍDIA IMPRESSA CAMPINENSE NA DÉCADA DE 1980

Leidiane Alves de Farias

Graduada em Comunicação Social pela, UEPB. Especialista em Jornalismo e Mídias Regionais, pela FURNE. Vinculada ao Grupo de Pesquisa Gênero, Tecnologia Digital e Cultura – GIG@, Pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); e ao Grupo de Pesquisa Ciência, Gênero e Educação, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinar Sobre a Mulher (UFBA). Email:

leidianealvesj@gmail.com

RESUMO

O estudo tem como objetivo pesquisar a atuação de mulheres jornalistas na mídia impressa de Campina Grande, Paraíba, na década de 1980. O trabalho traz uma temática que contribui com as pesquisas acadêmicas sobre a mulher, a partir das transformações e participação feminina ocorridas no cenário jornalístico local. Nossa hipótese parte do pressuposto de que estas mulheres enfrentaram dificuldades até a inserção, num mercado, marcado pela significativa presença masculina. A análise permitiu identificar também as principais dificuldades enfrentadas pelas jornalistas no processo de consolidação na carreira. A metodologia foi construída através do levantamento e estudo da bibliografia específica com base nas pesquisas de Scott (1995) e Harding (1996) acerca do gênero feminino enquanto categoria de análise, bem como, da pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a sete jornalistas campinenses que atuaram nos jornais Gazeta do Sertão, Diário da Borborema, A União e Jornal da Paraíba.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres Jornalistas. Campina Grande.

ABSTRACT

The study aims to investigate the role of women journalists in print media of Campina Grande, Paraíba, in the 1980s. The paper presents a theme that contributes to the academic research on women, as female participation and the transformations occurring in the local newspaper scene. Our hypothesis assumes that these women have struggled to insertion in a market marked by significant male presence. The analysis also identified the main difficulties faced by journalists in the consolidation process in his career. The methodology was built through the survey and study of specific bibliography based on research by Scott (1995) and Harding (1996) about the female gender as a category of analysis, as well as field research, and application of structured interviews with the campinenses seven journalists who worked in newspapers at *Gazeta do Sertão*, *Jornal da Borborema* and *Jornal da Paraíba*, all newspapers of Campina Grande.

Keywords: Gender. Women Journalists. Campina Grande.

Introdução

Desde o final da década de 1980, as pesquisas desenvolvidas e influenciadas pelo movimento feminista têm evidenciado a mulher nos estudos acadêmicos nos âmbitos político, social, cultural e científico, a exemplo das pesquisadoras Scott (1995) e Harding (1996). No contexto midiático, este cenário não é diferente, seja enquanto análise das publicações destinadas ao gênero feminino ou na participação delas no processo de produção jornalística, conforme demonstram as pesquisas de Buitoni (1990), Ramos (2010) e Souza (2009).

Nesse processo de produção acadêmica, o recorte dessa pesquisa busca contribuir com as análises já existentes, dando destaque às transformações ocorridas no processo gradativo de conquista da mulher jornalista na mídia impressa campinense na década de 1980. Para tal, apontaremos alguns indicadores que partem das influências sociais, culturais, política e econômica vivenciados por mulheres na história global, que possibilitará nossa compreensão no contexto local.

O levantamento de tais questões parte da atuação de sete jornalistas na década de 1980: Adalma Irineu (Diário da Borborema/Jornal da Paraíba), Deusarina Vidal (Jornal A União), Francinete Silva (Jornal da Paraíba), Ionete Oliveira (Diário da Borborema), Jaldete Soares (Jornal da Paraíba/Diário da Borborema), Lourdinha Dantas (Diário da Borborema/Jornal da Paraíba) e Narriman Roseno (Gazeta do Sertão/Diário da Borborema), com o objetivo de estudar a inserção, ascensão e dificuldades enfrentadas por elas; além de compreender a dinâmica da relação de gênero nos jornais impressos local.

Adotamos como procedimentos teórico-metodológicos para a coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, com base nos estudos das pesquisadoras Scott (1995) e Harding (1996) sobre a temática de gênero; a pesquisa documental, bem como, a pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas junto às jornalistas citadas durante o ano de 2010. Apesar de não direcionar a uma pesquisa quantitativa, têm-se como base alguns números levantados na Universidade Estadual da Paraíba que indicam um gradativo aumento de mulheres concluintes do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, no final da década de 1970 e durante os anos de 1980, o que pode ter influenciado no processo de conquista da mulher no jornalismo local.

Subdividido em quatro partes, o artigo será iniciado com uma abordagem de como o uso do conceito de gênero transformou os paradigmas dos estudos acerca das mulheres,

possibilitando novas perspectivas da temática, incluindo-as na história. Na segunda, serão apresentadas as transformações que influenciaram na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Na parte três, abordaremos a inserção do contingente feminino no jornalismo. Já a atuação dessas profissionais no cenário local, deixaremos para a quarta e última parte.

1. Reflexões sobre Gênero com ênfase no feminino

Antes de partirmos para os estudos diretamente ligados ao processo que marcou a inserção das mulheres no mercado de trabalho, precisamos compreender as modificações ocorridas na inclusão do termo “gênero” em substituição do termo “mulheres” pelas (os) teóricas (os) feministas, abdicando das teorias baseadas unicamente no determinismo biológico (SCOTT, 1995) e passando a designar as relações sociais entre os sexos num contexto histórico.

Mas afinal o que significa a palavra gênero em meio a estas utilizações?

Do ponto de vista linguístico, como nos propõe Ferreira (2000, p.345) este termo pode remeter a um agrupamento de indivíduos e objetos que possuem características semelhantes, ou ainda, como se manifesta culturalmente e socialmente a identidade sexual dos indivíduos. Partindo desta definição teríamos apenas as espécies homem e mulher. No entanto, as discussões acadêmicas feministas ampliaram a significação da palavra gênero, enfatizando aspectos culturais e sociais na tentativa de romper com explicações que reservavam as mulheres um espaço de inferioridade e marginalização social e histórica partindo de explicações biológicas e deterministas. Dentre estas definições vemos que

o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” e “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p. 72).

Este uso, além de entender a importância “dos sexos” inseridos no contexto histórico, descobre “o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades

e períodos, e de encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (DAVIS *apud* SCOTT, 1995, p. 72).

A introdução do gênero como categoria de análise histórica destaca-se também como um importante contributo para os questionamentos nas pesquisas científicas acerca da posição das mulheres seja nos cenários político, social ou cultural. Nesse sentido, Harding (1996) argumenta que

el género es una categoría fundamental en cuyo ámbito se asignan significado y valor a todas las cosas, una forma de organizar las relaciones sociales humanas. Si considerásemos la ciencia como una actividad plenamente social, empezariamos a comprender las múltiples formas en las que, también ella, se estructura, de acuerdo con las expresiones de género. Todo lo que media entre nosotros y ese proyecto son las teorías del género inadecuadas, los dogmas del empirismo y una importante proporción de lucha política (HARDING, 1996, p. 57).

Nesse contexto, o gênero como categoria refere-se a uma construção intelectual e conceptual na forma de estudar a sociedade; além de ser um instrumento analítico que contribui com as áreas negligenciadas pela história, naquilo que poderíamos chamar de cegueira sexual da historiografia tradicional (BOCK, 1989, p. 166)

Sendo assim, o conceito de gênero possibilitou entender os processos históricos de “construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social” (BANDEIRA; OLIVEIRA *apud* GUEDES 1995, p.8), marcou um novo sentido ao analisar e inserir as mulheres na história. Neste sentido,

“gênero” era um termo proposto por aquelas [feministas] que sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor uma reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente [...] A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da maneira na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise (SCOTT, 1995, p. 73).

Essa modificação dos paradigmas, possibilitada pela utilização do termo gênero, colocou as pesquisas acerca da mulher numa perspectiva mais neutra e objetiva. As relações entre as experiências masculinas e femininas passaram a assumir a mesma importância dentro das análises da construção social.

É importante ressaltar que Harding (1996) também aponta a atividade social como condição importante e necessária para superar os discursos generalistas sobre gênero e da posição de verdades absolutas dentro do viés científico, seja na idealização da postura

paradigmática da física e da matemática pura, no processo epistemológico feminista ou nas considerações da ciência. Para ela, o gênero é uma categoria fundamental dentro das relações humanas, a qual dentro das considerações científicas poderíamos começar a entender as expressões de gênero sobre um leque de possibilidades.

Pero sus limitaciones [investigación tradicional] llevaron a las feministas a considerar la necesidad de formular el género como categoría teórica, como la herramienta analítica mediante la cual la división de la experiencia social en consonancia con el género tiende a dar a los hombres y a las mujeres unas concepciones diferentes de sí mismos, de sus actividades y creencias y del mundo que los rodea a ellos y ellas (HARDING, 1996, p. 29)

Desse modo, os questionamentos e compreensões implícitos na utilização da palavra gênero fazem emergir uma história onde as mulheres se tornam mais participantes, redefinindo as pesquisas a partir da inclusão do termo gênero e alargando as possibilidades de “incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas” (SCOTT, 1995, p.73).

Portanto, o uso do conceito de gênero transformou os estudos acerca da mulher, possibilitando novas perspectivas às questões femininas e incluindo-as na história, tendo como eixo as [inter]relações sociais de homens e mulheres e seus “papéis” dentro da sociedade.

2. Ascensão das mulheres no mercado de trabalho jornalístico

2.1 O crescimento do gênero feminino em áreas profissionais

O contexto histórico vivido pelas mulheres brasileiras no final da década de 1970 com os movimentos feministas; e início da década de 1980, com as sucessivas crises econômicas vivenciadas no Brasil, foi o alicerce para o crescimento das mulheres em diversos espaços profissionais. Alguns dos indicadores dessas transformações partem das influências sociais, culturais, políticas e principalmente econômicas: crescimento da mulher no mercado de trabalho, expansão do acesso à escolaridade, a conquista do divórcio, a diferença salarial, a dupla jornada de trabalho, e conseqüentemente os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade.

A reformulação dos movimentos feministas, que indiscutivelmente progrediram juntamente com a reorganização feminina no contexto político, educacional e

profissional, deixou profundas mudanças no cotidiano da mulher brasileira a partir do final dos anos de 1970. Nesse período, os movimentos de mulheres que saíram pelas ruas queimando sutiãs, deram espaço à reflexão do feminismo.

Hay que subrayar que la relación entre la militancia feminista y la academia ha sido muy estrecha; tan pronto como las mujeres historiadoras se percataron de que los silencios de la historia eran una forma de pérdida de identidad, comenzaron a desarrollar la curiosidad por buscar un pasado colectivo [...] Este impulso permitió descifrar textos ocultos, reunir textos inéditos y recoger un saber oral, coleccionando, para su análisis, en historias de vida (JAIVEN, 1998, p. 187)

Esta inquietação das militantes e acadêmicas desencadeou questionamentos do que teria determinado a diferenciação observada na história entre a posição ocupada por homens e mulheres em diferentes contextos e conjunturas sociais (ALMEIDA *et al*, 2002, p. 325).

Mediante essa realidade, os grupos feministas e o surgimento do movimento de mulheres no Brasil (mesmo com a vigência de um regime militar ainda em plena efervescência) continuaram as articulações em prol da conquista de gênero, que culminou, dentre várias aquisições, no ‘ponta pé’ inicial para inserção da força de trabalho feminina.

É nesse cenário, de luta e de uma nova compreensão dos papéis das mulheres na sociedade, que o gênero feminino conquistou o direito ao divórcio. No que se refere a este aspecto vemos que

a luta pelo divórcio foi longa no Brasil. Em 1934, o então Deputado Nelson Carneiro iniciou sua caminhada para derrubar o dispositivo constitucional que estabelecia a indissolubilidade do matrimônio. Foi vencido cerca de uma dezena de vezes, para, em 1977 conseguir sua aprovação com a Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977. No mesmo ano foi aprovada a Lei do Divórcio (Lei 6.515/1977), do mesmo autor da Emenda (RODRIGUES; CORTÊS, 2006, p. 17).

Com a institucionalização da separação os padrões culturais e valores relativos a posição social das mulheres sofreu transformações. A formação familiar antes moldada pelo patriarcalismo deu espaço (ainda que pequeno) a mudança na chefia familiar. O que impulsionou ainda mais, por parte da mão de obra feminina, a necessidade de outras atividades remuneradas para o sustento da casa. Como destaca a jornalista Deusarina Vidal:

“Não vou dizer que foi fácil conciliar a dupla jornada de trabalho, era muito complicado porque mesmo com a ajuda de uma prima, não tínhamos as facilidades que temos hoje; tinha que cumprir as pautas e os horários que ocupavam grande parte do meu tempo. Pra ter ideia, minha primeira filha deixou de amamentar com três meses, porque eu tinha que ficar muito tempo fora e como a alimentação é estímulo, quando eu chegava, ela já tinha comido e não queria mais”

Concomitantemente a essas mudanças, a expansão do acesso à escola e as universidades viabilizaram ainda mais a inserção das mulheres às novas oportunidades de emprego. Se no campo da ação política o Brasil continuava limitado, no âmbito da educação, uma nova contribuição às lutas femininas começava a surgir através dos estudos sobre gênero, que apesar das limitações de compreensão das atividades femininas desencadeou um avanço nas lutas de equidade de gênero.

Las investigadoras feministas tentaron primero “sumar o agregar a las mujeres” a esos análisis. Tres clases de mujeres parecían candidatas obvias a ser incorporadas al análisis: las científicas, las mujeres que participaban en la vida pública – a las que las científicas sociales ya estaban estudiando – y las mujeres que habían sido víctimas de las formas más brutales de dominación masculina (HARDING, 1998, p. 15).

Estas pesquisas acadêmicas que ocuparam grande espaço no final dos anos de 1970 tiveram seu auge no Brasil na década de 1980, quando o tema alcançou maior evidência. Assim,

num primeiro momento (1980/85), os estudos estiveram mais voltados à mulher e sua participação e representação política nas esferas macro do poder. Nos seguintes (1985/87), a pesquisa voltou-se mais para a mulher enquanto sujeito de sua identidade no cotidiano. No final da década de 1980 (1987/89) a incorporação do feminino e masculino e o início da incorporação da categoria gênero (BANDEIRA; OLIVEIRA *apud* CORAZZA, 2005, p. 85).

Além dos ganhos obtidos através das lutas femininas no que se refere aos espaços ocupados por elas no mercado de trabalho e no maior acesso das mulheres ao campo educacional, o cenário feminino apresentou no decorrer das décadas uma nova relação de poder no que se refere às desigualdades salariais entre os sexos. Segundo Ionete Oliveira, que durante toda a década de 1980 exerceu a profissão de jornalista no Diário da Borborema comandada apenas por homens, a diferença salarial existiu dentro da redação de jornal, apesar da formação acadêmica, como nos fala nesse depoimento:

“Sempre teve diferença salarial, e a década de 80 não fugiu desse contexto. Os homens ganhavam mais que as mulheres mesmo exercendo a mesma função.

Variava um pouco, mas existia! Eu recebia quatro mil cruzeiros e os homens, por exemplo, recebiam quatro mil e quinhentos cruzeiros.”

Essas transformações no âmbito sociocultural e políticos vivenciados no final da década de 1970 impulsionaram as modificações a partir dos anos 1980. Nesse período de reorganização política pós-ditadura, os movimentos feministas passam a dividir espaço com as sucessivas crises econômicas (particularmente perturbado entre 1986 e 1994, período em que o Brasil conviveu com seis planos de estabilização), que intensificaram ainda mais as mudanças na vida da mulher brasileira. Transformações na organização do trabalho e no cenário mundial que começava a ser marcado pela globalização.

Além da redemocratização do País, das crises econômicas, e da necessidade de mais componentes familiares responsáveis pela renda, as mulheres ainda contaram com os avanços expressivos no que tange a igualdade jurídica através da Constituinte de 1988 (BRASIL, 1988) na qual a mulher teve seus direitos reconhecidos, possibilitando a equidade de gênero perante a lei.

Historicamente diversas mudanças no âmbito social, cultural, político e econômico em relação ao papel da mulher na sociedade influenciaram no ingresso das trabalhadoras em diversos nichos ocupacionais. Nesse período, as mulheres começaram a ampliar seu espaço em diversas profissões, a exemplo do jornalismo.

É no interior do grupo das ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas [entre 1980 e 1991] que ocorrem as principais mudanças; as mulheres ampliaram significativamente, sua presença em inúmeras ocupações e profissões de prestígio, entre as quais vale ressaltar: a arquitetura e a odontologia, ambas com um aumento relativo de 170%, a medicina, 137%, e o jornalismo, com aumento de 146% do percentual feminino (BRUCHINI, 2000, p. 35).

São nessas atividades compreendidas como de prestígio que um silencioso processo de mudança começa a aparecer diante da construção da identidade das mulheres como seres autônomos e protagonistas de suas histórias nos anos de 1980. Um gradativo avanço que impulsionou, dentre várias conquistas do gênero feminino, na inserção de inúmeras mulheres na profissão de jornalismo.

2.2. As mulheres no jornalismo brasileiro

O processo de inserção feminina no jornalismo brasileiro não foi um movimento isolado. Como já vimos, a inclusão da mulher na área jornalística está inserida no contexto de transformação e introdução da mulher no mercado de trabalho, consequência das modificações econômicas e políticas do país, bem como, as mudanças sociais de valores e costumes vivenciados pela mulher num processo que se intensificou no Brasil nos anos 80.

De acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os dados levantados sobre a atividade por sexo no Brasil nos períodos que vão de 1981 a 1990, evidenciam a tendência histórica desse crescimento da participação feminina no mercado de trabalho durante a década de 1980, em comparação a estagnação da participação masculina.

Tabela 1

TAXAS DE ATIVIDADES POR SEXO (EM %)

Brasil – 1981/90 (IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios)

	1981	1985	1989	1990
Mulheres	32,87	36,87	38,74	39,18
Homens	74,63	76,04	75,75	75,29

Fonte: WAJNMAN; RIOS-NETO, 2000, p. 67

De fato, as taxas mostram que mesmo com um espaço menor, no qual o nível de atividade masculina em 1981 era de 41,76% a mais que a feminina, as mulheres apresentou uma significativa elevação de 6,31% entre 1981 (32,87%) e 1990 (39,18%), enquanto a população masculina registrou um aumento de apenas 0,66% no mesmo período.

Diante do processo de distribuição ocupacional, a chegada das trabalhadoras em determinadas profissões como medicina, advocacia e odontologia, simultaneamente com o surgimento da nova geração de mulheres no jornalismo, se acentua durante os anos de 1980 (Tabela 2).

Tabela 2
PARTICIPAÇÃO FEMININA EM OCUPAÇÕES SELECIONADAS
 Brasil – 1980/1991(FIBGE, Censo Demográfico/Mão de Obra)

	Mulheres (1980)			Mulheres (1991)		
	Total de ocupados (milhões)	Total	%	Total de ocupados (milhões)	Total	%
Advogado e Defensores	85.716	18.573	21,7	148.871	45.266	30,4
Médicos	97.100	20.963	21,6	150.390	49.582	33,0
Jornalistas e Escritores	28.623	7.160	25,0	46.503	17.638	37,9
Odontologia	56.015	15.839	28,6	100.775	42.719	42,4

Fonte: BRUCHINI, 2000, p 34 - 41

Os dados revelam que ocupações que exigem maior escolaridade e qualificação sofreram um significativo salto. Além das funções, nas quais a presença feminina já era marcante, como Medicina e Odontologia, os números mostram ainda o avanço de 12,9% nas áreas de Jornalismo e Escritores, no final da década de 80.

A elevação da mão de obra feminina no jornalismo, assim como noutras profissões que antes eram desvinculadas à participação da mulher, foi marcada pelo surgimento dos cursos superiores e a demanda do próprio mercado por um profissional mais qualificado, com mais titulação, que possibilitou o crescimento feminino nessa carreira.

Portanto, apesar da vulnerabilidade do jornalismo à lógica do mercado capitalista, que exige extensas jornadas de trabalho, plantões em feriados e finais de semana, além de possuir uma alta competitividade entre os sexos, as mulheres encontraram espaço na carreira.

4. Presença feminina no jornalismo impresso – o caso de Campina Grande

Hoje, o espaço ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho de jornalismo em Campina Grande atesta a adaptação do gênero feminino num universo que na década de 1980 era dominado pelos homens. No entanto, este avanço da presença feminina requereu das mulheres jornalistas dos anos 80 um enfrentamento quanto a “ousadia” em assumir a profissão; e vivenciaram preconceitos e dificuldades. Como ressalta a jornalista Adelma Irineu:

“Nós pagamos um preço alto, porque nós éramos vistas com muito atrevimento, com muita ousadia. A mulher que entrasse na imprensa naquela época, ela não era vista como uma mulher que tinha a intenção de ser uma cidadã de bem, ela era um objeto sexual disponível, era assim que liam a vida da gente. Isso para profissão de jornalismo ou qualquer outra que não fosse pedagoga”.

Além das modificações no que tange a inclusão do contingente feminino no mercado jornalístico, influenciadas pelos fatores econômicos, políticos e socioculturais, a imprensa de Campina Grande dispôs de alguns fatores locais que intervieram na inserção da mulher no jornalismo impresso: a interiorização de jornais diários e a chegada do primeiro curso superior de jornalismo na cidade.

Entre as décadas de 1970 e 1980 Campina Grande recebeu dois importantes diários, o Jornal da Paraíba (JP) em 1971 e o Gazeta do Sertão (GS), em 1981, além de já contar com a circulação do Diário da Borborema (DB) desde 1957. Esse processo de interiorização dos diários possibilitou as mulheres interioranas uma nova perspectiva quanto à oportunidade no mercado jornalístico local.

Outro contribuinte para ascensão do gênero feminino no jornalismo campinense veio com a chegada do curso superior de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Regional do Nordeste (URNe) em 1974, hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Cujas primeira turma formou-se no final da década de 1970.

Tabela 3
NÚMERO DE MULHERES E HOMENS FORMADOS NO CURSO DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL PELA URNe/UEPB
Campina Grande – 1977/1989

	Homens	%	Mulheres	%
1977	11		13	
1978	4		17	
1979	8		33	
1980*	4		25	
1981*	11		21	
1982	10		50	
1983*	6		29	
1984	18		47	
1985	16		54	
1986	13		52	
1987*	10		8	
1988	23		38	
1989	24		32	
Total	158	27,38	419	72,61

Fonte: levantamento feito a partir das placas de formatura entre os anos 1977 (1º turma a se formar) e 1979, sabendo que anualmente são formadas 2 turmas. Quanto aos anos 80.1; 81.1; 83.2; 87.1, não obtivemos referência do número de formandos, pois as placas não estavam disponíveis.

Obs: O levantamento solicitado não estava disponível nos arquivos da Universidade Estadual da Paraíba.

De acordo com os dados apresentados, observamos que 72,61% dos concluintes do Curso de Comunicação Social (URNe/UEPB) entre os anos de 77 e 89, eram do gênero feminino, enquanto que o número de homens foi de apenas 27,38%, o que representou para o mercado jornalístico local um ganho de 45,23% de mulheres a mais que o número de homens.

Nesse sentido, o estudo confirma que a formação e qualificação das mulheres interioranas acompanharam o cenário nacional no que tange a expansão do acesso ao

ensino superior por parte das mulheres, bem como a contribuição, parte do espaço aberto no mercado jornalístico local com a interiorização da mídia impressa paraibana.

5. O processo de profissionalização e feminização na mídia impressa campinense nos anos 80

Apesar do grande número de mulheres disponíveis no mercado jornalístico campinense durante os anos de 80 (Tabela 3), observamos que o grupo feminino contratado pelo jornal impresso local foi inferior ao número de homens. De acordo com Araújo (1986), os jornais Diário da Borborema, Gazeta do Sertão e Jornal da Paraíba, até 1986, tinham entre colaboradores, repórteres, chefes de reportagem, editores, subeditores e fotógrafos, 17 profissionais mulheres e 99 homens. Nesse contexto, ressalta a jornalista Ionete Oliveira:

“Quem comandava as chefias de editorias na década de 1980 no DB eram todos homens. Eram poucas jornalistas naquela época. Eu fui a um congresso interno em Belo Horizonte, Minas Gerais, da rede do Diário Associados do Brasil (final de 1989). De 22 órgãos, a única mulher era eu. A única mulher que ocupava cargo de chefia de reportagem na época nos associados era eu.”

Embora os números apontem para uma disparidade no cenário do jornalismo local, nossa pesquisa sobre a atuação de mulheres jornalistas tomou como base a vivência profissional e pessoal de sete jornalistas: Adelmira Irineu, Deusarina Vidal (única que atuou na sucursal A União¹), Francinete Silva, Ionete Oliveira, Jaldete Soares, Lourdinha Dantas e Narriman Roseno, que atuaram durante a década de 1980, além de dois jornalistas homens, Apolinário Pimentel e Luiz Aguiar Barbosa. Estes dois últimos, com o propósito de ilustrar, a partir do ponto de vista masculino, a relação profissional do gênero feminino dentro das redações.

Nesse recorte do jornalismo impresso de Campina Grande constatamos que duas das jornalistas entrevistadas atuaram em apenas um dos jornais impressos: Francinete Silva e Ionete Oliveira, respectivamente nos diários Jornal da Paraíba e Diário da Borborema. Já as outras quatro passaram em pelo menos dois jornais.

¹ Jornal oficial do estado da Paraíba

“Eu comecei a minha trajetória profissional em 1974 no Diário da Borborema, lá eu fui responsável por duas revistas especiais dominicais: a Revista Criança e a revista feminina Ella [...] Depois disso eu fui trabalhar em João Pessoa (passei um ano lá), muito rapidamente trabalhei no jornal O Norte como publicitária (1976), e 1977 eu trabalhei no Jornal Correio da Paraíba. Em 1989, onde trabalhei nos dois jornais de Feira de Santana (Feira Hoje e Folha do Norte) – não existem mais estes jornais. Não foi difícil conseguir estes trabalhos por causa da minha experiência que eu levava (eu tinha encadernadas todas as minhas revistas e considerava um excelente trabalho que fiz no Diário da Borborema). Fiz assessoria de imprensa para prefeitura de Feira de Santana. Já em 1983 eu volto para Campina Grande [...], e trabalhei num projeto que era uma revista especial chamada Painel para o jornal da Paraíba (caderno dominical). Essa revista Painel teve uma repercussão muito grande” (ADELMA IRINEU).

A jornalista Deusarina Vidal que atuou nos jornais Gazeta do Sertão e no Jornal A União, falou como foi o início da sua experiência profissional na área jornalística. “Iniciei minha carreira em junho de 1982 no Gazeta do Sertão, onde fiz breve estágio de seis meses. Só depois ingressei na União onde estou até hoje²”. Já as jornalistas Lourdinha Dantas e Jaldete Soares atuaram nos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba.

Grande parte de minha carreira profissional foi no Jornal da Paraíba, mas aí teve um pequeno período que saí e fiquei 30 dias como repórter no Diário da Borborema. Depois de 30 dias eu deixei o jornal, pois recebi uma notícia que o curso de Comunicação Social e outros cursos da universidade estadual estavam sem professores há mais de 2 meses [...] Mas apesar de pouco tempo no DB, fizemos uma série de reportagens; muita delas numa sequência muito grande sobre a história de Campina Grande num suplemento semanal que tinha no Diário da Borborema (JALDETE SOARES).

O discurso da jornalista Narriman Roseno ilustra a dificuldade enfrentada logo no início da carreira, quando atuou apenas como repórter. Segundo ela, sua Carteira Profissional não foi assinada como jornalista:

“Comecei em outubro de 1981 no Jornal Gazeta do Sertão onde atuava como repórter e escrevia para o caderno de Cidades, mas com a carteira assinada como auxiliar de serviços gerais até novembro do mesmo ano, quando houve um aumento no salário dos jornalistas. Em 1985 fui para o Diário da Borborema, onde fiquei até 1989 [...] Estava pronta pra tudo: fazia reportagem local e policial. Política nunca fiz. Reportagem de economia vim fazer no DB – porque não tinha um repórter específico. Lá fui interina na página dos Municípios, na coluna social, arquivista e ajudei a montar o jornal”.

Outro ponto observado foi uma unanimidade entre as entrevistadas com relação às dificuldades enfrentadas durante a atuação no mercado jornalístico: dupla jornada de trabalho e infraestrutura das redações. Como destaca a jornalista Adelma Irineu:

² Demitida em 2011

“No meu caso era tripla jornada de trabalho, porque eu tinha a prefeitura, tinha o jornal e tinha minha casa e meus filhos. Era mais que triplo, porque eu tinha que ser pai e mãe, que eu estava separada do marido [...] Eu morava numa casa muito humilde, não tinha muita coisa. Eu não tinha tempo de fazer todas as faxinas que eu gostaria de fazer e nem tinha dinheiro pra pagar naquela época, mas eu tinha os melhores livros que se pudesse ter dentro das minhas limitações financeiras, pra mim e pra meus filhos. E fiz com que meus filhos estudassem nos colégios mais caros. Eu nunca permiti que um filho trabalhasse os dois expedientes, ele trabalhava um e estudava dois (um repousava e outro estudava). Eu paguei um preço muito alto, eu trabalhei muito para que eles estudassem”.

É importante constatar que apesar de optarem por não falar sobre assédio moral e sexual, a maioria das jornalistas admitiram a existência dentro e fora das redações enquanto profissional de jornalismo. No entanto, todas disseram que nunca sentiram algum tipo de discriminação por parte dos colegas de trabalho. Apenas a jornalista Deusarina Vidal relatou um caso de assédio por um entrevistado:

“Houve um fato em que eu senti que um determinado senhor, que na época ocupava um cargo de alto escalão, que se dizia muito meu amigo, mas no fundo tinha segundas intenções. Como tinha com várias outras colegas minhas, que depois a gente soube [...] Mas não passou de uma mera ‘cantadinha’, nessa época eu já era casada, mãe de família. Na hora eu tive um pouco de raiva, mas depois deixei pra lá”.

Embora a introdução da profissional jornalística também tenha sido impulsionada pela formação acadêmica, uma das profissionais não é formada em jornalismo e exerceu a função de repórter e editora de duas revistas especiais dominicais: a revista Criança (Diário da Borborema) e a revista feminina Ella (Jornal da Paraíba):

“Jornalismo foi uma coincidência, eu não pensei em ser jornalista. Eu era uma professora e queria fazer uma homenagem a meu pai, e por isso, fui saber quanto que era pra botar uma crônica no Diário da Borborema sobre meu pai [...] Então o superintendente Doutor Aécio viu, se encantou pela crônica e me chamou. Mas eu era professora primária e nem tinha passado pelo curso de jornalismo” (ADELMA IRINEU).

No que se refere a diferença salarial entre jornalistas homens e mulheres, Ionete Oliveira afirmou haver desigualdade entre os profissionais que exerciam a mesma função. Todavia, para Lourdinha Dantas o piso do jornalista assegurou os salários equiparados: *“Havia um piso salarial a ser cumprido. O que podia haver era a negociação de aumento para um determinado profissional, em função do seu desempenho”*.

Outras observações regem sobre o dia a dia nas redações de jornais: não foi identificada nenhuma fotógrafa nas redações dos três jornais na década de 1980;

nenhuma jornalista escreveu para a editoria de Esporte. Apenas a jornalista Deusarina Vidal escreveu para o caderno de Política, como afirma:

“Passei seis meses na Gazeta do Sertão (experiência válida): eu trabalhava fazendo mais free-lance, as vezes ia fazer signos. Mas a minha história mesmo foi toda no Jornal A União. Só não escrevi pra esporte. Quando eu fui jornalista durante muitos e muitos anos – de 1982 a 1996 – a minha área era política, inclusive eu cobri a Câmara durante muitos anos.

Na pesquisa constatamos que todas exerceram a função de repórter e apenas as jornalistas Jaldete Soares e Lourdinha Dantas foram editoras chefes de redação.

“Eu entrei na universidade e paralelamente fiquei trabalhando no Jornal da Paraíba, com a função de repórter por muitos anos, até chegar a ser editora do jornal, por um período não muito longo, acredito que foram apenas três meses. Entrei depois de Machado Bittencourt, eu era assessora dele no jornal, daí quando ele saiu me indicou. Fiquei sendo editora por apenas três meses porque recebi muitas provocações por isso optei por sair” (JALDETE SOARES).

Apesar das dificuldades pontuadas pelas jornalistas entrevistadas, todas destacaram a importância de enveredar por esta área, que até então era predominantemente masculina. Para a jornalista Lourdinha Dantas, a inserção da mulher no mercado trabalho parte da necessidade econômica:

“A mão de obra feminina passou a ser aceita e até procurada quando começou a faltar a mão de obra masculina, principalmente nos períodos de guerra. Depois é que vieram outros tipos de necessidade, como separações, viuvez, e, por fim, o desejo de independência financeira. E aí os valores culturais já haviam mudado. Embora até hoje ainda haja homens que não aceitam que "sua" mulher trabalhe fora de casa”.

Outra unanimidade diz respeito ao motivo da escolha da profissão: o interesse pela escrita e pela leitura. A maioria destacou ainda, o pequeno número de mulheres nas redações dos jornais da época, mas acrescentaram que as poucas que tinham, ajudavam umas as outras, mesmo quando eram de empresas diferentes.

Desse modo, podemos perceber a relação direta da inserção dessas mulheres na área do jornalismo, com o processo gradativo de conquista do gênero feminino no mercado de trabalho, bem como os desafios enfrentados por elas, mas que contrariamente não as excluiu da profissão.

Considerações finais

Uma das discussões mais presentes no universo acadêmico nos dias de hoje é a temática de gênero, que apesar de ser um tema obsoleto em algumas áreas científicas, encontra destaque na sociologia, antropologia, comunicação social, até mesmo no campo das ciências biológicas. Essa ampliação que vem ocorrendo nas duas últimas décadas tem possibilitado compreender as relações de gênero numa variedade de tópicos que abarcam desde o trabalho, a política, a subjetividade ou a vida cotidiana de mulheres.

Na argumentação teórica sobre as relações de gênero e a dominação masculina em determinadas profissões, apresentamos duas teóricas acerca dos estudos feministas: o processo de inserção do termo gênero enquanto categoria de análise da autora Scott, e no campo das análises feministas a filósofa Harding. Na discussão sobre a profissionalização tomamos como referencial Bruchini.

Nosso objetivo foi estudar a atuação profissional das mulheres na carreira de jornalista, identificando-as na área e como estas estabeleceram suas relações profissionais e familiares, a partir dos depoimentos das mesmas.

Desse modo, nos debates relativos ao feminino, discutimos a respeito da presença das mulheres no mundo do trabalho, dentro de uma perspectiva particular, para compreendermos o processo de transformações que culminou na inserção desse público. Neste estudo, destacamos a participação destas, no processo de produção jornalística nos anos de 1980 nos jornais impressos de Campina Grande.

Este recorte da profissionalização e feminização no jornalismo local colocam as mulheres dentro de uma existência histórica individual, incluindo-as no processo social, a partir da elaboração do conhecimento sobre o passado. Esse fato possibilita compreendê-las num contexto global, não mais potencializando as diferenças sexuais, mas sim, como uma categoria de análise enquanto sujeitos históricos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o registro da história das mulheres emergiu entre algumas teóricas (os) e pesquisadoras (es), em meados dos anos de 1970 diante da necessidade de estudar e compreender o gênero a respeito de suas relações culturais e sociais. As mulheres passaram a ser pensadas além das explicações que as colocavam num espaço de inferioridade e marginalização social e histórica.

Dentro dessa nova perspectiva de incluir o gênero feminino na história, identificamos e entrevistamos sete jornalistas que atuaram nos jornais impressos campinense na década de 1980. Desse processo investigativo compreendemos as

transformações ocorridas no cenário político, econômico, social e cultural brasileiro que influenciaram na inclusão da mulher na área do jornalismo. Uma análise centrada no gênero feminino dentro de uma concepção global, mas que considerou não apenas as estruturas econômicas, sociais e políticas, como também as dimensões da esfera privada e familiar, na perspectiva de estabelecer uma visão do conjunto da experiência histórica dessas mulheres dentro da complexidade das relações de gênero, das modificações no contexto profissional e no processo de formação da consciência das mulheres.

A partir das falas das entrevistadas percebemos que a dupla jornada de trabalho e a conquista do divórcio foram consequências da inserção destas mulheres no mercado de trabalho jornalístico, como destacaram todas as que se enquadraram neste perfil. Quando questionadas quanto a questão salarial, apenas uma das jornalistas citou a diferença salarial nas redações de jornais no período estudado.

Os discursos das entrevistas mostram que as mulheres quando não excluídas do meio jornalístico eram submetidas a discriminação através do assédio sexual e moral diante das fontes e entrevistados, como pontificaram todas as jornalistas. No entanto, o assunto mostrou-se sigiloso na fala da maioria.

Na constituição de um novo espaço para a mulher percebemos a partir das entrevistas, que a expansão do acesso a escolaridade foi um dos fatores que influenciaram na inclusão das jornalistas na mídia impressa campinense. Isto foi perceptível quando vemos que todas as entrevistadas possuem nível superior, sendo seis formadas em Comunicação Social e uma na área de pedagogia.

Esta profissionalização do gênero feminino trouxe ainda consequências no que tange os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade. A mulher que outrora era responsável pelos afazeres domésticos e educação moral dos filhos passa a assumir um espaço importante na renda da família. Outra contribuição partiu da igualdade jurídica, mediante as modificações da Constituição de 1988.

A inserção das jornalistas de Campina Grande dispôs ainda da influência da interiorização de jornais diários: Jornal da Paraíba em 1971, e uma década depois, o Gazeta do Sertão em 1981. Constatamos também que a chegada do primeiro curso superior de jornalismo na cidade, em meados de 1970, colocou no mercado de trabalho local 45, 23% de mulheres a mais do que o número de homens, que foi de apenas 27, 38%. No entanto, a absorção do contingente feminino na área foi menor que a masculina, no qual identificamos entre colaboradores, chefes de reportagem, editores, subeditores, repórteres e fotógrafos, até 1986, 99 homens e 17 mulheres.

Esse processo de profissionalização desencadeou ainda uma nova distribuição ocupacional nacional e local, que possibilitou o ‘ponta pé’ inicial para o processo de inserção da mulher no mercado jornalístico. A partir dessa observação constatamos um número inferior de mulheres em comparação aos homens dentro do cenário da mídia impressa campinense no período analisado.

Nesse sentido, a análise dos depoimentos relatados nesta pesquisa nos permitiu compreender a dinâmica das relações de gênero no cenário jornalístico local, tomando como base as experiências dessas jornalistas na cidade de Campina Grande. O estudo possibilitou ainda observarmos a partir da experiência individual que apesar das dificuldades enfrentadas por elas, atualmente nenhuma exerce a profissão de jornalista numa mídia impressa, o que nos leva ao questionamento de que o processo de profissionalização do jornalismo ainda não está sedimentado.

Referências

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida**. Campina Grande, PB: Editora Ilustrada, 1986.

BRASIL, Constituição (1988). **Título I - Dos Princípios Fundamentais**. In: BRASIL, Constituição (1988). Constituição 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Ed. atual, em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999, p. 15-16.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação?** In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000, p. 13 - 58.

BOCK, Gisela. **História, História das mulheres, História do Gênero**. Disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_04/04_09_GBock.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2011.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

CORAZZA, Helena. **Questão de gênero: inclusão/exclusão da mulher no complexo midiático**. In: MELO, J. M; GOBBI, M. C; SATHLER, L. (Org). Mídia Cidadã: utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p.83 - 96

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GUEDES, M^a Eunice Figueiredo. **Gênero: o que é isso?** Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>> Acesso em 08 de Maio de 2011.

HARDING, Sandra. **Ciencia y Feminismo**. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

_____. **Existe un método feminista?** In: BARTRA, Eli (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista. México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana. 1998. p. 9-34.

JAIVEN, Ana Lau. **Cuando hablan las Mujeres**. In: BARTRA, Eli (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista. México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana. 1998. p. 185-197.

RAMOS, Regina Helena de Paiva. **Mulheres jornalistas: a grande invasão**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Faculdade Cásper Líbero, 2010.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris R. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente**. Brasília: Letras Livres, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero como categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade. 1995, p. 71 –99.

SOUZA, Ana Fernanda Campos. **Mulheres Jornalistas: percursos e percalços**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>> Acesso em 26 de jan. de 2011.

WAJNMAN, Simone; RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Quantas serão as mulheres: cenário para a atividade feminina**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM, 2000, p. 59 – 84.